

CLÁUDIO ELIX DOS SANTOS, CNPJ n. 11.392.346/0001/07, tendo manifestado sua intenção de interposição de recurso contra a decisão da Pregoeira que declarou como vencedor no item 40 (assim como em outros itens) a empresa PH ARTS COMUNICAÇÃO VISUAL E PUBLICIDADE LTDA., vem, tempestivamente, oferecer suas razões de recurso, na forma abaixo:

O procedimento licitatório em questão rege-se pelas disposições da Lei n. 14.133, de 2021, que em seu art. 5º estabelece que na aplicação daquele diploma legal observar-se-á, dentre outros, o princípio da vinculação ao edital, que pode ser entendido como um desdobramento do princípio constitucional da legalidade estrita, destinado a proporcionar segurança para os licitantes e para o interesse público.

Pode-se afirmar também que a vinculação ao edital deriva do princípio do procedimento formal, que impõe à Administração a observância às regras por ela própria lançadas no instrumento que convoca e rege a licitação.

De se concluir, portanto, ser imprescindível que se observe estritamente o que foi previsto no instrumento convocatório, de forma a afastar qualquer possibilidade, mínima que seja, de que os interessados e/ou participantes sejam surpreendidos por “novidades” no curso do procedimento.

Por pelo menos doze vezes o Edital que rege o presente certame licitatório faz referência ao “edital e seus anexos” ao dispor sobre a aplicação daquele ato convocatório, indicando que todas as informações também exigidas nos anexos do edital são de observância obrigatória.

Embora os itens 6.1.1. a 6.1.6. do edital descrevam quais os **campos mínimos** que devem constar das propostas para perfeita identificação do **objeto**, suas **especificações** e **preços**, o Anexo III vai além de ser apenas a exemplificação de uma planilha de formação de preços (primeira parte do anexo), **exigindo informações adicionais**, a saber: (i) valor total da proposta por extenso (o que permite dirimir dúvidas em relação aos preços expressos em algarismos), (ii) prazo de validade da proposta, (iii) declaração de que nos preços propostos e naqueles que porventura vierem a ser ofertados através de lances, estão incluídos todos os custos que se fizerem indispensáveis à perfeita entrega dos materiais objeto desta proposta, (iv) e-mail para recebimento de empenhos e pedidos, (v) dados bancários, (vi) nome e qualificação do representante legal para assinatura do contrato, dentre outras informações que não constituem dados cuja inserção esteja submetida ao arbítrio do proponente.

O ora recorrente, assim como outros licitantes, apresentaram suas propostas “físicas” com a inserção de todas as informações adicionais (obrigatórias) acima listadas, uma vez que se tratam de informações indispensáveis aos procedimentos que se seguirem à fase de adjudicação.

Considerando que os anexos que integram o edital **são de observância obrigatória**, considerando que o item 7.2 do edital estabelece que ao verificar as propostas o pregoeiro deve desclassificar *“desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital e seus Anexos”* e considerando, por fim, que proposta “física” trazida ao processo pela PH ARTS COMUNICAÇÃO VISUAL E PUBLICIDADE LTDA. não apresenta as informações adicionais exigidas pelo Anexo III do edital, **impõe-se a desclassificação daquela proposta.**

Em razão de todo o exposto, REQUER seja desclassificada pela Sra. Pregoeira a proposta oferecida pela PH ARTS COMUNICAÇÃO VISUAL E PUBLICIDADE LTDA. por não observância à integralidade do que determina o Anexo III do Edital do certame licitatório em referência.

Termos nos quais requer e espera deferimento.

São José do Vale do Rio Preto – RJ, em 29 de setembro de 2023.



CLÁUDIO ELIX DOS SANTOS, CNPJ n. 11.392.346/0001/07